

na colecção:

SOCIOLOGIA

de Franco Ferrarotti

HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA

de Paul Mercier

FERNAND BRAUDEL E A HISTÓRIA

de Fernand Braudel, V. Magalhães Godinho, Immanuel
Wallerstein e outros autores

O MEDITERRÂNEO — O Espaço e a História
de Fernand Braudel e outros autores

a publicar:

O MEDITERRÂNEO — Os Homens e a Herança
de Fernand Braudel, Georges Duby
e outros autores

ANTROPOLOGIA

de Bernardo Bernardi

A EUROPA NA IDADE MÉDIA

de Georges Duby

direcção de

FERNAND BRAUDEL

O MEDITERRÂNEO O ESPAÇO E A HISTÓRIA

Tradução de

Manuela Torres



teorema

ANA (K577D) - JAN 2015

© Flammariion, 1985

Título original: *La Méditerranée — l'espace et l'histoire*
Edição original: Arts et Métiers Graphiques

(Paris, 1977 — edição ilustrada) e
Flammariion (Paris, 1985 — só texto)

Tradução: Manuela Torres
Capa: Renato Cruz

Composição: Santelmo, Coop. Artes Gráficas, C.R.L.
Lisboa, 1987

Impressão: Tipografia Silvas, Lisboa, 1987
Depósito legal n.º 15 390/87

Todos os direitos desta edição reservados por
Editorial Teorema, Lda.

Rua Padre Luís Aparício, 9-1.º F
Telefone 52 99 88 — Telex 64077 P
1100 LISBOA — PORTUGAL

APRESENTAÇÃO

Neste livro, os barcos navegam, as ondas repetem a sua canção, os vinhateiros descem as colinas das *Cinque Terre*, rumo à Riviera genovesa; as azeitonas são varejadas tanto na Provença como na Grécia; os pescadores lançam as redes na laguna imóvel de Veneza ou nos canais de Djerba; os carpinteiros constroem hoje barcos semelhantes aos de ontem... E de novo, ao contemplá-los, estamos fora do tempo.

A nossa intenção foi a de produzir um encontro constante do passado com o presente, a repetida passagem de um ao outro, um recital sem fim conduzido a duas vozes nítidas. Se esse diálogo, com os seus problemas repercutindo-se entre si, animar este livro, teremos então atingido o nosso objectivo. A história não é mais do que uma constante interrogação sobre o tempo passado em nome dos problemas e curiosidades — e até das inquietações e das angústias — do tempo presente que nos rodeia e nos perturba. Mais do que qualquer outro universo humano, o Mediterrâneo é a prova disso; não pára de se relatar a si próprio e de reviver as diversas fases da sua existência. Por prazer, sem dúvida, mas também por necessidade. Ter sido é uma condição para ser.

O que é o Mediterrâneo? Mil e uma coisas ao mesmo tempo. Não uma paisagem, mas inúmeras paisagens. Não um mar, mas uma série de mares. Não uma civilização, mas várias civilizações sobrepostas. Viajar no Mediterrâneo é encontrar o mundo romano no Líbano, a pré-história na Sardenha, as cidades gregas na Sicília, a presença árabe na Espanha, o islão turco na Jugoslávia. É mergulhar nos tempos mais remotos, nas construções megalíticas de Malta ou nas pirâmides do Egípto. É encontrar coisas muito antigas, ainda vivas, lado a lado com o ultramoderno: ao lado de Veneza, falsamente imóvel, o pesado complexo industrial de Mestre; ao lado do barco do pescador, que é ainda o de Ulisses, o arrastão devastador das reservas marinhas ou os enormes petroleiros. É simultaneamente mergulhar no arcaísmo dos mundos insulares e surpreender-se com a extrema juventude de cidades muito antigas, abertas a todas as correntes da cultura e do progresso e que, há séculos, vigiam e desafiam o mar.

Tudo isso porque o Mediterrâneo é uma encruzilhada muito antiga. Durante milênios foi um fértil ponto de confluência de tudo o que ia enriquecendo a sua história: homens, animais, viaturas, mercadorias, navios, ideias, religiões, profissões. E até mesmo plantas. Julgamos que são mediterrânicas mas, com exceção da oliveira, da vinha e do trigo — originais de longuíssima data —, quase todas nasceram longe do mar. Se Heródoto, o pai da História, que viveu no século V antes da nossa era, regressasse hoje, integrado num grupo de turistas, não caberia em si de espanto. «Imagino-o», escreve Lucien Febvre, «restituindo hoje o seu périplo do Mediterrâneo oriental. Quantas surpresas! Estes frutos dourados, nos arrebustos verde-escuros, laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, não se lembra de alguma vez as ter visto. Pudera! São do Extremo Oriente, trazidas pelos Árabes. Aquelas plantas esquisitas, de recorte insólito, agrestes, ramos em flor, nomes estranhos, cactos, piteiras, aloés, figueiras-da-índia — ele nunca as havia vis-

to. Pudera! São americanas. Aquelas grandes árvores de folhas páldas que, no entanto, têm um nome grego, *eucalyptus* — nunca se viu nada assim. Pudera! São australianas. Nem os ciprestes, que são persas. Tudo isto em relação à paisagem. Mas em relação à comida, quantas surpresas ainda! Quer se trate do tomate do Peru, da beringela da Índia, do pimento da Guiana, do milho do México, e do arroz, esse prodígio dos Árabes, para não falar do feijão, da batata, do pessegueiro das montanhas da China transplantado para o Irão, e ainda do tabaco.» No entanto, tudo isso passou a fazer parte da própria paisagem do Mediterrâneo: «Uma Riviera sem laranjeiras, uma Toscana sem ciprestes, cestos sem pimentos... seriam hoje em dia, para nós, perfeitamente inconcebíveis» (Lucien Febvre, *Annales*, XII, 29).

E se fizéssemos um catálogo dos homens do Mediterrâneo, nascidos à beira-mar ou descendentes dos que, em tempos longínquos, navegaram nas suas águas ou cultivaram as suas terras e os seus campos em socacos, e em seguida de todos os forasteiros que o foram invadindo, não teríamos a mesma impressão do que ao fazer a lista das suas plantas e dos seus frutos?

Tanto na sua paisagem física como na sua paisagem humana, o Mediterrâneo encruzilhada, o Mediterrâneo heteróclito aparece-nos como uma imagem coerente, como um sistema em que tudo se mistura e se reintegra numa unidade original. Essa unidade evidente, esse ser profundo do Mediterrâneo, como explicado-lo? Teremos de fazê-lo por várias tentativas. A explicação não está só na natureza, que, para tal, bastante contribuiu; não está só no homem, que tudo interligou obscuramente; está simultaneamente nas dádivas da natureza ou nos seus cataclismos — ambos numerosos — e nos múltiplos esforços do homem, tanto ontem como hoje. Ou seja, numa série interminável de acasos, de acidentes e de êxitos repetidos.

O objectivo deste livro é mostrar que essas experiências e esses êxitos só podem ser compreendidos se forem tomados no seu conjunto; mais ainda, que eles devem ser comparados entre

si, que a luz do presente ajuda a esclarecê-los, que é a partir do que actualmente se vê que se avalia e se compreende o passado — e vice-versa. O Mediterrâneo é um excelente pretexto para se apresentar um «outro» modo de abordar a história. Porque o mar, tal como podemos vê-lo e amá-lo, é, sobre o seu passado mais extraordinário, o mais claro de todos os testemunhos.

Fernand Braudel

A TERRA

Fernand Braudel

A HISTÓRIA

Fernand Braudel

A HISTÓRIA

Toda a história do Mediterrâneo — entre seis a dez milénios de história num mundo desmedido para a escala humana, dividido, contraditório, e sobejamente estudado pelos arqueólogos e pelos historiadores — é um volume de conhecimentos que desafia qualquer síntese razoável. Na realidade, o passado mediterrânico é uma história acumulada em camadas tão impenetráveis como a história da longínqua China.

Prioridade às civilizações.

Se quisermos a todo o custo apresentar uma rápida visão de conjunto, teremos de escolher um fio condutor. E, para tal, o melhor seria analisar à partida o próprio Mediterrâneo, o Mediterrâneo de hoje, tentando descobrir o essencial da sua vida presente, do seu equilíbrio actual, e provavelmente dos seus equilíbrios antigos. Neste ponto, a conclusão será rápida e sem ambiguidades. Para além das suas divisões políticas actuais, o Mediterrâneo são três comunidades culturais, três grandes civilizações vivazes, três maneiras essenciais de pensar, de acreditar, de comer, de beber, de viver... Na realidade, três monstros sempre prontos a mostrar os dentes, três personagens de existência interminável, desde sempre presentes, pelo menos desde há séculos e séculos. Os seus limites ultrapassam os limites dos Estados, sendo estes meras mantas de retalhos, e tão frágeis!

Na verdade, estas civilizações são as únicas realidades de grande fôlego que é possível seguir sem interrupção através das peripécias e dos acidentes da história mediterrânica.

Três civilizações: antes de mais, o Ocidente, ou melhor dizendo, a Cristandade, termo antigo prehe de sentido; talvez seja preferível dizer a Romanidade: Roma foi e continua a ser o centro desse velho universo latino e em seguida católico, que se estende até ao mundo protestante, até ao oceano e ao mar do Norte, ao Reno e ao Danúbio, espaço ao longo do qual a Contra-Reforma implantou as suas igrejas barrocas como sentinelas vigilantes; e até aos mundos de além-Atlântico, como se o destino moderno de Roma tivesse sido o de conservar na sua dependência o império de Carlos V, sobre o qual o Sol nunca se punha.

O segundo universo é o Islão, outra imensidade que começa em Marrocos e se estende para além do oceano Índico até à Índia, parcialmente conquistada e por ele convertida no século XIII d. C. Perante o Ocidente, o Islão é como o gato diante do cão. Dir-se-ia um Contra-Ocidente, com todas as ambiguidades que implica uma oposição profunda que é simultaneamente rivalidade, hostilidade e adopção. Germaine Tillion chama-lhes-ia «inimigos complementares». Mas que inimigos, que rivais! O que um faz, o outro também faz. O Ocidente inventou e viveu as cruzadas; o Islão inventou e viveu o *djihad*, a guerra santa. O centro da Cristandade é Roma; o do Islão é a longínqua Meca e o túmulo do Profeta, um centro absolutamente nada aberrante, uma vez que o Islão se estende pelos desertos até às profundezas da Ásia, uma vez que ele é, por si só, o «outro» Mediterrâneo, o Contra-Mediterrâneo prolongado pelo deserto.

Hoje, a terceira personagem não se revela de imediato. É o universo grego, o universo ortodoxo; ou pelo menos toda a actual península dos Balcãs, a Roménia, a Bulgária, quase toda a Jugoslávia, a própria Grécia, cheia de recordações, na qual a Hélade antiga se revê e parece reviver; e, além disso, a vasta Rússia ortodoxa, incontestavelmente. Mas que centro lhe poderemos atribuir? Constantinopla, a segunda Roma, e no centro dela, Santa Sofia. Mas, desde 1453, Constantinopla é Istambul, a capital da Turquia. O islão turco conservou a sua parcela de

Europa, depois de ter dominado toda a península dos Balcãs na época da sua grandeza. Houve um outro centro que certamente teve a sua importância — Moscovo, a terceira Roma... Mas também ela deixou de ser um pólo resplandescente da ortodoxia. O mundo ortodoxo de hoje será um mundo sem pai?

Invertendo o curso dos séculos

Por certo que as civilizações constituem excelentes guias. Elas atravessam o tempo e triunfam sobre ele. Enquanto corre o «filme» da história, elas mantêm-se no mesmo sítio, imperturbáveis. De certo modo, igualmente imperturbáveis, elas continuam a ser senhoras do seu espaço, pois o território que ocupam pode variar nas suas margens, mas no interior, na zona central, o seu domínio e estabelecimento permanecem imutáveis. Onde quer que existissem no tempo de César ou de Augusto, existem ainda no tempo de Mustafa Kemal ou do coronel Nasser. Imóveis no espaço e no tempo — ou quase imutáveis.

Esta imobilidade enraíza as civilizações num passado muito mais antigo do que parece à primeira vista, e essa longa duração integra-se forçosamente na sua natureza. A Romanidade não começa com Cristo. O Islão não começa no século VII com Maomé. E o mundo ortodoxo não começa com a fundação de Constantinopla, em 330. Porque uma civilização é uma continuidade que, quando muda, mesmo tão profundamente quanto o pode implicar uma nova religião, integra valores antigos que sobrevivem através dela e permanecem como sua substância. As civilizações não são mortais, apesar do que afirmou Valéry. Sobrevivem às transformações, às catástrofes. Neste caso, renascem das suas cinzas. Destruídas, ou pelo menos deterioradas, voltam a crescer como a erva.

Por exemplo, a civilização grega. Ela nasce, começa a desenharse por volta do século VIII antes de Cristo, após uma série de destruições e de invasões que haviam conduzido o espaço grego ao grau zero da história. Ora ela ainda está hoje de pé.

Pelo menos três milénios de duração... Durante este longo percurso, quantos acidentes, quantas catástrofes e desastres! A Grécia e o mundo helenístico sucumbiram às legiões romanas. Mas os vencidos saem dessa longa sujeição, dessa prisão de quatro ou cinco séculos quando Constantino funda Constantinopla, em 330 d. C. Começa então um império cristão que tem a extensão do Império Romano. E quando este se divide em dois em 395, numa *pars orientis*, que irá transformar-se no império grego de Bizâncio, e numa *pars occidentis*, que irá sucumbir ao ataque dos Bárbaros, a Grécia renasce, toda-poderosa. Nesse impulso, ela sobreviverá durante quase um milénio, até à conquista turca, em 1453, que parece vir novamente pôr tudo em causa. Contudo, no século XIX, uma verdadeira cruzada irá libertar, um após outro, os povos cristãos dos Balcãs.

O que acabámos de referir sobre o universo ortodoxo pode ser aplicado, *mutatis mutandis*, às outras duas personagens: Roma e Meca. Em princípio, para Roma, o grau zero é o nascimento de Cristo. Para o Islão, a fuga de Maomé de Meca para Medina, a 16 de Julho de 622. Ora o Ocidente não faz mais do que perpetuar o mundo latino, do qual recebeu a língua, o espírito, o direito, e muitas outras coisas mais. E o Islão é, sem dúvida, na sua origem, uma Arábia desértica e caravaneira que tem atrás de si um longo passado, mas é sobretudo os países que a conquistista dos cavaleiros e camelheiros árabes vai abarcar com toda a facilidade: a Síria, o Egipto, o Irão, o Norte de África. O Islão afirma-se antes de mais como o herdeiro do Próximo Oriente, de toda uma série de culturas, de economias, de ciências antigas. O coração do Islão é o espaço estreito de Meca ao Cairo, a Damasco e a Bagdad. Diz-se frequentemente: o Islão é o deserto, e a expressão tem a sua beleza. Seria necessário dizer também: o Islão é o Próximo Oriente. O que vem acrescentar-lhe uma quantidade fabulosa de heranças e, portanto, de séculos.

Tele-histórias

Não há dúvida, o mar Interior está cheio de ressurgências históricas, de tele-histórias, de luzes provenientes de mundos aparentemente mortos e que no entanto continuam vivos. Aprecio os historiadores que afirmam contra tudo e contra todos que Roma não desapareceu no século V sob o choque dos Bárbaros. Não renasce o Império Romano com Carlos Magno, com os Otões, com aquilo a que se chama a Monarquia Universal de Carlos V, que foi desejada por tantos humanistas do Ocidente? E os homens de hoje, que desejam uma Europa dos povos e das culturas, não sonham, consciente ou inconscientemente, com uma *pax romana*? Não restam quaisquer dúvidas de que Roma marcou profundamente a Europa, mas com certas continuidades que não deixam de surpreender. No momento em que a Cristandade se cinde no século XVI, será por acaso que a separação dos dois campos se produz precisamente de um e do outro lado do Reno e do Danúbio, a dupla fronteira do Império Romano?

Do mesmo modo, terá sido por acaso que a conquistista fulminante do Islão foi facilmente aceite tanto pelo Próximo Oriente como pelo duplo domínio de Cartago, do Norte de África e de uma parte da Espanha? Já referimos que o mundo púnico estava muito mais preparado para receber a civilização do Islão do que para assimilar a lei romana, pois a civilização do Islão não é apenas um contributo, é também uma continuidade. Ela assimilou não só o judaísmo e a tradição de Abraão como também uma cultura, usos e costumes há muito instalados. Com efeito, uma civilização não é apenas uma religião, embora esta esteja no centro de todo o sistema cultural; é uma maneira de viver, são milhares de gestos que se repetem. Saudar o soberano, nas *Mil e Uma Noites*, é «beijar o chão diante dos seus pés». Ora esse era já o gesto habitual na corte de Chosroés (531-579), rei dos Partos. E ainda, nos séculos XVI e XVII, e mesmo mais tarde, o gesto que os embaixadores europeus em

Istambul, Ispahan ou Deli procuravam evitar, de tal forma o achavam humilhante para si próprios e para o príncipe que representavam. Já o próprio Heródoto se indignava com os costumes egípcios: «Em plena rua, à laia de saudação, prosternam-se diante uns dos outros; imitam os cães, pondo as mãos no chão.» Veja-se também o vestuário tradicional dos muçulmanos, que evoluirá tão lentamente. E já patente nos trajes dos antigos Babilónios, tal como o mesmo Heródoto o descrevia há vinte e cinco séculos: «Os Babilónios vestem primeiro uma túnica de linho que lhes chega até aos pés (nós diríamos uma ganadura, comenta E. F. Gautier), e sobre ela uma outra túnica de lã (nós diríamos uma *djelaba*); em seguida envolvem-se num pequeno manto branco (poderíamos dizer um pequeno albornoz branco); cobrem a cabeça com uma mitra (nós diríamos um fez ou um tarbuxe).» E poderíamos continuar a respeito das casacas (que são pré-islâmicas), das comidas, das superstições: a mão de Fatma, equivalente muçulmano das nossas «medalhas e escapulários», orna já as estelas funerárias cartaginesas. O Islão está evidentemente ligado ao denso solo histórico do Próximo Oriente. Tal como a civilização ocidental, a islâmica (citando a terminologia de Alfred Weber, irmão do grande Max Weber), é uma «civilização derivada», do segundo grau — nós poderíamos dizer enxertada. A civilização chinesa será a única do primeiro grau?

Em suma, todo o estudo das mentalidades actuais se volta obrigatoriamente para o interminável passado das civilizações. Ao longo dos séculos formaram-se assim duas cristandades, que no fundo são continuções de realidades anteriores, ambas de longa duração: uma centrada em Roma e no Ocidente, a outra centrada na nova Roma, Constantinopla, mas também numa Grécia que evidentemente não é nova.

Em que diferem estas duas Cristandades? Basicamente no seguinte: uma sobrepeõe-se ao mundo grego que Roma submeteu mas não assimilou, a outra à zona ocidental que foi precisamente aquela das grandes conquistas romanas.

O Cristianismo não conseguiu eliminar essa diferença inicial e visceral. Sem nos lançarmos numa explicação sobre as questões teológicas subjacentes à separação das duas Igrejas, podemos interrogar-nos sobre o tempo presente, o que, aliás, é muito mais cómodo. Apercebemo-nos rapidamente de que as duas religiões irmãs são divergentes, embora estejam ambas imbuídas do amor a Cristo, que as palavras-chave não têm o mesmo significado numa e noutra. A «verdade», em grego e ainda mais nitidamente em eslavónico, designa aquilo que é constante, eterno, aquilo que existe verdadeiramente, para além do mundo criado tal como a nossa razão o apreende. A palavra *pravda* significa, pois, simultaneamente verdade e justiça. No latim, pelo contrário, «verdade» significa sempre uma certeza, uma realidade para a nossa razão. No Ocidente, o sacramento faz intervir a hierarquia religiosa, a única capaz de lhe conferir o seu carácter sagrado; no Oriente, ele é sobretudo «mistério», aquilo que ultrapassa a nossa compreensão e que vem directamente de Deus. Trata-se de diferenças de tom, pensará o leitor. Todavia, o próprio Cristo apresenta rostos diferentes, de um mundo para o outro. No Ocidente, a Semana Santa, que precede a Páscoa, está sob o signo do luto, da paixão, dos sofrimentos, da morte do Cristo-Homem. No Oriente, ela decorre sob o signo da alegria, dos cânticos que glorificam a ressurreição do Cristo-Deus. Os crucifixos russos, ao contrário dos primeiros crucifixos italianos, os de Cimabue, representam um Cristo sereno na morte, não o Salvador sofredor do Ocidente... E nunca mais acabariamos de enumerar os contrastes, nascidos há tanto tempo.

Nos seus cursos da Sorbonne, Jerónimo Carcopino lamentava até que, nas suas conquistas, Roma não tivesse ultrapassado o Reno e não tivesse chegado, pelo menos, a leste, ao Elba. O destino de Roma — e portanto o nosso — teria sido diferente. Mas se a Igreja de Roma, e não a Igreja grega, tivesse conhecido a Moscóvia ao cristianismo, o destino da Europa e do mundo ter-se-iam certamente alterado. As grandes jogadas dos

tempos presentes foram pois frequentemente travadas, ganhas ou perdidas, nos tempos passados.

As sobreposições de civilizações

Logo, primeira característica: as civilizações são realidades de longuíssima duração. Segunda característica: estão solidamente arraigadas ao seu espaço geográfico. É claro que a mais forte, a vitoriosa, penetra muitas vezes na mais fraca, coloniza-a, instala nela os seus quartéis, os seus postos de comando. Mas, a longo prazo, a aventura tem um mau desfecho. As experiências confirmam a regra: se Roma foi bem sucedida na Gália, se Cartago foi sub-repticiamente bem sucedida na África, ou se a Europa foi bem sucedida na América, tratou-se sempre de uma civilização ainda mal estruturada que se entregou ao invasor. O que nos leva, a propósito da Gália pré-romana, a não exagerar o nível cultural por ela atingido, ou pelo menos a não aderir demasiado ao entusiasmo contagiante de Camille Julian.

Entre civilizações adultas organizadas (e o Mediterrâneo é a zona por excelência de civilizações adultas, nascidas de longos preliminares), a regra é quase sempre o fracasso, embora, repita-se, muitas vezes lento a concretizar-se. Na realidade, toda a civilização sólida só aparentemente se submete, e em geral toma então mais consciência de si própria, revolta-se e desenvolve um nacionalismo cultural intransigente. Entre 1453 e 1541, os Turcos consumam a conquista da península dos Balcãs, na qual a civilização grega ou ortodoxa ocupa, em segundo lugar, grande parte do terreno. O recuo dos Turcos, e consequentemente o do Islão, só se verificará em 1918, com um intervalo de mais de quatro séculos. Mas é necessário não esquecer que no início das conquistas turcas houve cumplicidade dos Gregos devido ao seu ódio contra os Latinos. A conquista múcilmã submerge a Espanha em 711 e só a liberta após a conquista de Granada, sete séculos mais tarde, em 1492. Também aqui se deveria ter

em conta certas cumplicidades iniciais. Mas em ambos os casos o que é surpreendente é que uma civilização se reencontre, intacta, depois de um cativoiro multisséculo, como se de certo modo nada se tivesse passado. Veja-se, um pouco mais a leste, a sorte do Islão em terra iraniana.

É o que provaria ainda, se fosse necessário, a história do Oriente greco-romano, fundada pela conquista do Próximo Oriente por Alexandre, de 334 a 329 a. C. Essa longa história, afirmava Émile-Félix Gautier, «durou uma dezena de séculos (até às conquistas árabes de 634, 636 ou até de 641): um período de tempo incrivelmente longo, onde caberia quase toda a história da França. No fim desses dez séculos, de um dia para o outro, à primeira espadeirada árabe, tudo desaparece para sempre, a língua e o pensamento grego, as estruturas ocidentais; tudo se desvanece. Localmente, é como se esses mil anos de história não tivessem existido».

Comparativamente, as sobreposições que duram um século têm o aspecto de episódios: Jerusalém, conquistada em 1099 pelas cruzadas, deixa de ser cristã em 1187; o Norte de África francês, delimitado em 1830, já não existe em 1962.

Todos estes processos, mais ou menos longos, se apresentam como uma única categoria de problemas. É a prova, em suma, do valor explicativo do conceito de civilização, por muito complicado e por muito frágil que possa parecer. Ele traça no denso passado do mar os únicos caminhos que um viajante apressado poderá escolher.

Refer apenas os conflitos de civilizações

Afirmámos, portanto, que só poderiam ser evocados os conflitos de civilizações, que eles constituíam os marcos militares de toda a narrativa breve. A batalha de Maratona (490): por um lado, o mundo grego dividido contra si próprio, disperso desde as costas da Ásia Menor até à Sicília; do outro lado, o Império Persa, «essa imensidão que vai do mar Egeu até à Índia».

dias». A luta de Roma contra Cartago, até 146 a. C., a luta «de um povo essencialmente marítimo e comerciante e de um povo essencialmente terreno, guerreiro e camponês». É claro que se Cartago tivesse saído vencedora, espalhando a sua civilização por todo o mar e revelando desse modo toda a profundidade do seu ser, sem dúvida cheio de mistérios. Mas Cartago não venceu... As cruzadas: no Lepanto, a 7 de Outubro de 1571, a armada da Santa Liga (Veneza, o Papado, a Espanha), sob o comando de D. João da Áustria, esmagava a «armada» turca à entrada do golfo de Corinto, mais exactamente no golfo de Naupacto, na maior batalha de galés que a história conheceu. Um combate gigantesco mas breve: «Começa ao romper da aurora e termina antes do meio-dia» (Robert Mantran).

Estes conflitos, uns breves (Maratona, Lepanto), outros prolongados (as três guerras púnicas, as cruzadas) revelam os ataques surdos, violentos e repetidos que lançam uns contra os outros esses animais poderosos que são as civilizações. De tal forma que essas guerras e essas batalhas, e outras ainda cujos episódios mais significativos poderiam ser recordados (a batalha de Xerez, em 711, na qual Tárique esmaga os Visigodos; ou a batalha de Poitiers, em 735; ou ainda a tomada de Constantinopla, em 1453...) ultrapassam os actores e os cenários respectivos. É todo o Ocidente de um lado (Gregos e Latinos) e todo o Oriente do outro. A amplitude do conflito dramatiza o choque, amplifica-o. Em Maratona, os Gregos salvam um Ocidente ameaçado de subversão. Roma derruba o Oriente ao destruir Cartago. As cruzadas seguem o mesmo caminho obstinado. A tomada de Constantinopla, em 1453, é uma desforra monumental do Islão. Lepanto, numa data tardia (1571), põe novamente em jogo a salvação de todo o Mediterrâneo vencido no mar pelas armadas turcas e pelos corsários da Barbárie.

Tudo isso é compreensível; os choques entre civilizações há muito implantadas são inevitáveis. Elas encontram a sua razão de ser no combate. Roma, cujo triunfo corresponde aos únicos

séculos de unidade do mar, nem sequer eliminou as comunidades hostis já implantadas antes dela; conteve-as valorizando e desenvolvendo a sua própria civilização, a sua língua, a sua arte. Mas as lutas prosseguiram a coberto da paz romana, que não consegue dissimulá-las.

As civilizações implicam portanto a guerra, o ódio, estão semicobertas por uma imensa zona escura. O ódio, elas fabricam-no, alimentam-se e vivem dele. A Grécia ainda detesta mais o Persa do que o próprio Persa (que é considerado tolerante) detesta o Grego. O Romano tem um ódio de morte contra o Púnico, que lhe paga na mesma moeda. Neste plano, a Cristandade e o Islão não devem nada um ao outro. No tribunal da História, os dois réus seriam condenados, a nenhum sendo dado razão. Mas saber-se-á sempre quem é o culpado e quem é o inocente? Para Sabatino Moscati, os Púnicos seriam povos pacíficos por excelência, capazes de se defender corajosamente, é certo, mas unicamente para fazer frente ao ataque. Há historiadores que afirmam que Bizâncio, que sobreviveu ao Império Romano até à tomada de Constantinopla, não foi capaz de criar uma guerra santa à sua medida (não fez uma cruzada, por assim dizer). Se a observação é correcta, quase seríamos levados a regozijar-nos com essa falha. Mas, ao fim e ao cabo, não terá sido Bizâncio obrigada a pagar essa ausência de ódio consuetudinário? O que equivale a dizer que o futuro só pertence àqueles que sabem odiar. Com efeito, muitas vezes as civilizações não são mais do que desconhecimento, desprezo, raiva contra outros. Mas não são apenas isso. São também sacrifício, glória, acumulação de bens culturais, heranças intelectuais. Se o mar ficou a dever as suas guerras às suas civilizações, também lhe ficou a dever os seus múltiplos intercâmbios (de técnicas, de ideias e até de crenças) e as miscelâneas e os espectáculos variados que actualmente nos oferece. O Mediterrâneo é um mosaico de todas as cores. É por isso que, após a passagem de tantos séculos, podemos ver, sem nos indignarmos (muito pelo contrário), tantos monumentos que foram sacrilégios, marcos que in-

dicam os avanços e recuos de outrora: Santa Sofia, com a sua guarda de altos minaretes; San Giovanni degli Eremiti, em Palermo, que insere o seu claustro entre as cúpulas vermelhas ou quase vermelhas de uma antiga mesquita; em Córdova, no meio da floresta de arcadas e colunas da mais bela mesquita do mundo, a encantadora capela gótica de Santa Cruz, mandada construir por Carlos V.

A civilização não constitui toda a história

Mas afinal, por muito extenso que seja o seu domínio, as suas repercussões e a sua duração, a civilização não constitui história do mar Interior.

Que a política tem sempre a última palavra, é uma coisa evidente. Quantas vezes não impôs ela a sua vontade, relegando para um plano secundário todas as outras forças e aspectos da história? Foi o que sucedeu, ao longo de séculos, durante o domínio de Roma que, por muito tempo, foi a violência ao serviço da política: o seu imperialismo só se aplacou depois de reduzir à obediência todo o mundo mediterrânico. E, antes de al-146 a. C. dá-se a dupla destruição de Cartago e de Corinto... Recorde-se também a sangrenta conquista da Gália, que durou cerca de dez anos, de 59 a 53 (a. C.). Os Europeus não fariam melhor na América. Antes de ser a obreira da *pax romana*, Roma impôs uma guerra sem tréguas.

As civilizações tiveram que se curvar, juntamente com os povos vencidos. Com a grande batalha de Ácio (2 de Setembro de 31 a. C.), grande porque teve consequências bastante consideráveis, fica selado durante séculos o destino do «outro» Mediterrâneo. Nessa batalha, travada quase exactamente no local onde irá situar-se Preveza (vitória dos Turcos contra a armada de uma primeira Santa Liga cristã, em 1538), dá-se a fuga dos navios de Cleópatra, a derrota de António e do Egipto, o triun-

fo de Octávio. É aí, efectivamente, que começa o Império Romano.

Mas ao impor a sua vontade e a unidade política a todo o mundo mediterrânico, Roma não eliminou as diferenças, as divergências, as revoltas e os conflitos culturais. Tanto não os eliminou que acabou por ser atingida por eles, vergada por todas aquelas culturas mais refinadas que a sua, pela Grécia que será a sua educadora (falar-se-á grego nos meios cultos da capital) e pela invasão de religiões e cultos do Próximo Oriente. Mas, por todo o Mediterrâneo, ela impôs a linguagem superior da sua política e das suas instituições.

O papel da economia

No conjunto da história mediterrânica, a economia desempenhou também o seu papel, por vezes determinante. A sociedade nada seria sem a exploração económica que a equilibra, e sem ela os Estados seriam corpos inertes. Quanto às civilizações, elas só duram e florescem graças a ela. O esplendor constitui dispêndio, esbanjamento. Basta que surjam crises económicas graves para que parem as obras de Santa Maria del Fiore em Florença e para que a catedral de Bolonha ou a de Siena fiquem para sempre inacabadas.

A riqueza das riquezas é o mar — área dos transportes — que a traz. O rei das riquezas é o rei do mar. Ora, por muito extenso que seja, o mar só admite um único rei em cada época, não forçosamente um rei da política tal como Roma nos forneceu a primeira imagem, mas um rei do comércio, das desigualdades e desníveis da vida mercantil.

Realzas deste tipo, prudentes, não se constroem de um dia para o outro. Há lutas que as precedem e as acompanham. Nos séculos IX e X, em pleno esplendor da sua civilização, o Islão dominou incontestavelmente o mar Interior. O cristão «mal consegue pôr lá uma tábuia a flutuar». Mas a partir do século XI, e em seguida graças ao movimento contínuo das cruzadas, a

situação começa a inverter-se. Os navios das cidades italianas passam a controlar definitivamente toda a área marítima. Os navios bizantinos são eliminados, os navios do Islão são repellido, é conquistado pelo sentido do termo, o espaço marítimo pelos seus navios piratas, pelas suas expedições guerreiras e, por detrás destes movimentos protectores, pelos seus navios mercantes, cada vez mais numerosos. Neste comércio lucrativo, longamente renovado, a Itália, a norte da linha Florença-Anco-tarrâneo. Entre os séculos XI e XVI, quase poderíamos afirmar: economia acima de tudo e em benefício regular das cidades; Estados territoriais, efemeramente bem implantados, deterrio-ram-se com a profunda crise do século XIV.

Todavia, estas cidades disputam entre si os benefícios do Mediterrâneo. As intermináveis lutas entre Génova e Veneza constituem uma inacreditável sucessão de peripécias. Foi só após a guerra de Chioggia (1378-1381) que Veneza conseguiu vencer a sua rival e transformar-se, até ao início das chamadas guerras de Itália (1494), no centro do comércio mediterrânico. No final do século XV, os Estados territoriais terão sem dúvida recuperado o seu vigor ou adquirido novas forças. Os Turcos instalam-se em Otranto (1480-1482), Carlos VIII transpõe os Alpes em Setembro de 1494, os Aragoneses participam na guerra que vai travar-se. Manifestamente, as cidades, e até mesmo Veneza, já não têm capacidade para enfrentar esses poderosos adversários. É a desforra da política.

A conquista do Mediterrâneo pelos Nórdicos

Porém, não foram as armadas turcas, os exércitos franceses, nem os tercios espanhóis (seja qual for a influência que possam ter tido no destino da Itália e das suas cidades) que derubaram as bases económicas da supremacia mediterrânica. A escalada agressiva dos grandes Estados comprometeu ou des-

truiu os equilíbrios da Península, mas em 1559, logo após o tratado de Cateau-Cambresis que entrega à Espanha uma parte da Itália, esta última reencontra a paz e tira partido dela. Contudo, não irá recuperar o seu prestígio, mas por outras razões.

O fenómeno que ameaça o Mediterrâneo e que acabará por liquidar é nada menos do que o deslocamento do centro do mundo do mar Interior para o oceano Atlântico. No início deste processo situa-se a descoberta da América, em 1492, e o périplo do cabo da Boa Esperança, em 1497-1498. No entanto, esses acontecimentos não adquirem toda a sua importância de um dia para o outro. A pimenta e as especiarias chegam a Lisboa e de lá seguem para Antuérpia. Mas a rota de Suez ou do golfo Pérsico não está morta e pode rivalizar com a lenta circum-navegação da África. Fala-se mesmo num canal de Suez. A pimenta e as especiarias só entram na Europa a troco do metal branco. Quem tiver prata, metal branco, pode telecomandar produtores, mercadores e transportadores de pimenta e especiarias. É certo que a prata, que a partir de 1530 provém quase exclusivamente da América por intermédio de Sevilha, pertence à Espanha. Mas devido às guerras de Carlos V, aos empréstimos forçados do governo castelhano que em breve terá de recorrer aos mercadores e aos banqueiros italianos, sobretudo genoveses, o metal branco espanhol, a partir de 1550, começa a encaminhar-se para Itália. As galés transportam regularmente cofres de reais, «peças de oito»* de Barcelona para Génova. Em 1568, quando a pirataria inglesa e em seguida a holandesa corta à Espanha o caminho directo do Atlântico e do mar do Norte até aos Países Baixos em revolta, as remessas de prata espanholas seguem quase exclusivamente pela via do Mediterrâneo, de Barcelona a Génova: a cidade de S. Jorge transforma-se no centro financeiro de toda a Europa — uma bela vingança do Mediterrâneo... Este privilégio de Génova é consequência da necessidade em que se encontra o Rei Católico de pagar re-

* Velho peso espanhol de oito reais. (N. da T.)

gularmente o soldo e as despesas dos soldados da armada espanhola que combate nos Países Baixos. E essa situação vai prolongar-se. Surge então um sistema genovês de pagamento com as feiras de Placência, criadas a partir de 1579. Os historiadores passaram mesmo a falar de um «século dos Genovesses», que começaria em 1557 e terminaria por volta de 1622-1627.

Tendo reorganizado o seu abastecimento de prata, a Itália consegue assim, em meados do século XVI, obter o seu abastecimento de pimenta e especiarias através das antigas rotas do Leste da rota do Cabo, e como o consumo europeu aumentou consideravelmente (praticamente duplicou), Veneza consegue reacquirir a influência do seu antigo comércio. Até finais do século XVI será, pois, prematuro falar de uma decadência do mar Interior, da Itália e das suas cidades-modelo. Temos de renunciar à velha explicação que apresentava o mar Interior imediatamente ultrapassado pelas descobertas dos Portugueses. Aliás estes, no oceano Índico, não bloquearam nem as rotas do golfo Pérsico nem as rotas do mar Vermelho.

Que aconteceu então? Porque não há dúvida de que houve um afrouxamento do comércio longínquo do Mediterrâneo nos primeiros anos do século XVII. Recentemente, um jovem historiador, Richard Rapp, apresentou a explicação até agora mais convincente. Segundo ele, houve, através da astúcia, da força e da violência, e através de um jogo de desníveis económicos, uma conquista do mar Interior pelos Nórdicos, sobretudo pelos Ingleses e pelos Holandeses, e mais ainda por parte dos primeiros do que dos segundos. Os Ingleses tinha já feito a sua penetração comercial no Mediterrâneo durante as últimas décadas do século XV até cerca de 1530-1550, interrompendo-se essa primeira penetração entre 1550-1570. A segunda vaga surge em 1570 e será muito mais ampla e muito mais organizada do que a primeira.

Os navios dos países protestantes vão pouco a pouco passar a ditar a lei num Mediterrâneo onde o Islão e a Cristandade de-

puseram armas após a fabulosa operação de Lepanto, em 1571. (Os seus navios são mais bem armados, mais bem equipados, mais regulares, e são também melhores transportadores, aceitando fretes mais modestos do que os navios do Mediterrâneo. Lentamente vão-se apoderando dos mercados importantes: os navios holandeses transportam de Espanha para Livorno os fardos de lã que depois, seguindo por terra, chegam até Veneza e abastecem a sua *Arte della Lana*, em plena expansão nessa época. Alguns desses navios vão mesmo directamente de Espanha a Veneza. Outros mercados vão sendo conquistados, como o das «uvas-passas», o do azeite de Djerba ou da Apúlia, bem como o do prestigioso comércio do Levante. Os Nórdicos trazem madeira, betume, tábuas, pranchas, trigo, centeio, barricas de arenques, estanho, chumbo e em breve os seus produtos manufacturados, muitas vezes meras imitações dos produtos de Veneza ou de outras cidades italianas, bugigangas com falsas etiquetas italianas aparentemente autênticas. Acrescente-se a pirataria, os «pactos» com a Argélia e com os Turcos. Dá a série de violências, de grosserias, de cumplicidades (nomeadamente em Livorno). Deste modo o comércio e a indústria de Inglaterra e dos Países Baixos foi-se alimentando do espólio e das riquezas acumuladas do velho Mediterrâneo. Houve conquista, pilhagem, roubo. E até ameaça de bloqueio, quando os Holandeses substituíram os Portugueses na Índia e no oceano Índico. Os Portugueses deixavam passar as mercadorias para o Mediterrâneo e os Holandeses retinham-nas, pelo menos em relação à pimenta e às especiarias, para já não falar da seda que continuará a chegar ao Levante. Segundo o testemunho dos Marselheses, por volta de 1620 as especiarias e a pimenta já não chegam ao Mediterrâneo pelas antigas rotas do mar Vermelho; passarão a entrar via Atlântico e Gibraltar, em barcos holandeses. O Mediterrâneo foi por um lado tomado de assalto e por outro lado esquecido para usurpar às suas populações costeiras os comércios mais vantajosos. E desde então, nunca mais o mar lhes foi restituído.

Antes e depois da abertura do canal de Suez (1869)

A partir de 1620 ou 1650, o Mediterrâneo já não está, evidentemente, no centro do mundo. É invadido pelo comércio e nessas guerras dos outros. Nessas trocas comerciais e nessas guerras, os Mediterrânicos desempenham apenas papeis. Como peças num tabuleiro de xadrez, são movidos por poderes e por designios longínquos. Pela Holanda, no século XVII. No início do século XVIII, a supremacia da Inglaterra revela-se através de um golpe de mestre; durante a Guerra de Sucessão de Espanha, o almirante inglês George Rooke tomou Gibraltar de surpresa, a 25 de Agosto de 1704. Os Franceses e os Espanhóis tentaram em vão reconquistá-la em 1704, em 1727, em 1779 e em 1782. Nesta última tentativa os assaltantes utilizam, mas sem sucesso, balas de canhão incandescentes e as baterias flutuantes inventadas por Arçon. Ficou traçado um destino: os Ingleses ainda hoje permanecem em Gibraltar. Há mais de dois séculos que são as sentinelas do mar Interior, que, no século XVIII, passou a ser um lago guardado a ocidente e, desde o século XVII, sem saída fácil do lado do Levante.

Ora é do lado do Levante, mais ainda do que em Gibraltar, que se situa a zona perigosa e cobijada do mar Interior. Nos séculos XVII e XVIII, o Levante é o Império Turco que se estende pelos Balcãs, pela Ásia Menor em sentido amplo e pelo Norte de África, desde o Egipto à fronteira oriental de Marrocos, um vasto mercado, tanto mais que permanece ligado à Pérsia e às sedas que transitam até Esmirna, transformada na maior de todas as «escalas». É essa a grande cartada do comércio do Levante, onde a França, semimediterrânica, passa a ser o principal protagonista a partir do século XVIII.

Mas para além do comércio e dos países do Levante, a cartada fundamental é a Índia longínqua, onde, após a batalha de Plassey (1757), a Inglaterra passou a ocupar o primeiro lugar, que nunca mais ninguém conseguirá tirar-lhe. O Levante é a ro-

ta mais curta da Europa à Índia, a rota por excelência das notícias rápidas, das decisões e das ordens. Além disso, com o comércio do café, o mar Vermelho voltou a animar-se e Alexandria volta a ser um porto activo, como no tempo das especiarias e da pimenta. Nas vésperas da Revolução, a política francesa ocupa-se mesmo insistentemente da rota do istmo de Suez, causando apreensões à Companhia inglesa das Índias Orientais. O que a Inglaterra receia é que o Mediterrâneo se abra, em direcção ao oceano Índico, aos seus rivais e concorrentes, desde os mais poderosos (a França em primeiro lugar) aos mais modestos (Génova ou Veneza) ou aos mais mal colocados, como a Rússia, que também é atraída pela miragem e pela realidade das Índias. É neste contexto que se situa a expedição do Egipto, conduzida em 1798 por Bonaparte. Se essa expedição tivesse sido bem sucedida, o Império Turco teria ficado dividido: a norte a Anatólia e os Balcãs, a oeste as indisciplinadas regências* de Tripoli, de Tunes e de Argel, ficando o caminho amplamente aberto em direcção ao oceano Índico. Os historiadores, sempre prontos a refazer a história, pensam que se Bonaparte tivesse conquistado S. João de Acre teria podido reorganizar o seu exército nas montanhas do Líbano e derrotar o Império Britânico ainda em fase inicial.

Mas a grandiosa operação fracassou e, em 1880, a Inglaterra apoderava-se de Malta, ocupada dois anos antes pela armadilha francesa a caminho do Egipto. Segundo o tratado de Amiens (1801), a ilha devia ser restituída, mas permaneceu sob administração britânica até há pouco. Apesar da sua reduzida extensão, ela garantia (como Gibraltar) o domínio inglês em pleno mar. Mais tarde, o estabelecimento dos Ingleses em Chipre (1878) e no Egipto (1882) completou o controle de Londres, a rota das Índias estava já assegurada de uma ponta a outra e a *pax britannica* era pesadamente imposta ao Mediterrâneo. Mais uma vez, a ordem política reinava no mar. Bastava uma

* Nome que se dava a alguns Estados muçulmanos, vassallos da Turquia. (N. da T.)

palavra do governo britânico para os navios rumarem para Malta, e imediatamente tudo entrava na ordem.

Porém, a França agita-se: começa a instalar-se no Norte de África, ocupa Argel em 1830, mas o Norte de África não é propriamente aquele Mediterrâneo que poderá fazer perigar os interesses de Londres. O galo gaulês a esgravatar a areia do Sara é antes algo que é visto com certa benevolência. O único ataque directo desferido pela França foi a abertura do canal de Suez, terminado em 1869.

Para que a operação fosse levada a bom termo haviam sido necessários dez anos de trabalhos e o empenhamento de um homem, Ferdinand de Lesseps. Fora também necessário apostar na *navegação a vapor*, que estava a modificar as condições gerais da circulação através dos mares e dos oceanos do globo. Seja como for, era o fim do lago mediterrânico, a transformação do mar Interior numa rota dirigida essencialmente para o oceano Índico. Em breve os passageiros com destino à Índia não pararão de registar as suas impressões: o canal, o mar Vermelho tórrido, o balanço das ondas e as vagas do oceano Índico, sendo o Mediterrâneo apenas a primeira etapa, breve e quase imperceptível, de um longo percurso.

Esta vitória francesa deu lugar a uma inauguração solene, em presença de todas as cabeças coroadas da Europa, sob a presidência — o seu a seu dono — da imperatriz Eugénia. Mas não devemos iludir-nos com este aparato. O jogo político não se desenrola em Paris e não se tratava de uma desforra da expedição do Egipto. Na realidade, independente desde 1811, o Egipto não é mais do que uma peça no tabuleiro de xadrez do Mediterrâneo. O governo inglês, que colocou uma série de entaves à construção do canal, compra em 1875 as 117 000 acções do quediava endividado. Em 1882, o Egipto é ocupado; em 1888, uma convenção assinada em Londres com a França neutraliza o canal. A Inglaterra acabou por ser a grande beneficiária da operação de Ferdinand de Lesseps. Quanto à experiência de Fachoda no Nilo Branco, ocupada a 10 de Julho de 1898 pe-

ta pequena coluna do comandante Marchand, não passa de um incidente dramático sem consequências na partilha da encruzilhada do Levante.

A França não é a única a perder em consequência destas disposições. El Maurice Aymard tem razão quando diz que «o canal de Suez simbolizou a decadência política do mundo mediterrânico». Construído pelos Franceses, apenas parcialmente mediterrânicos, o canal transformou-se, e o Mediterrâneo por acrescimo, numa rota inglesa. O mar Interior continua assim alienado. E, desde então, tem-se assistido ao desenrolar da mesma história, a história de uma espoliação. A 26 de Julho de 1956, Nasser nacionaliza o canal. A França e a Inglaterra aliaram-se, e para elas é o revés da Guerra dos Seis Dias. Contudo, mesmo antes dessa data, nem a França nem a Inglaterra dominavam já o mar Interior e os seus países costeiros. «A presença visível dos porta-aviões americanos e dos porta-helicópteros soviéticos assinala o conflito de poderes entre as duas grandes potências mundiais.» O Mediterrâneo, é, quando muito, o teatro desse conflito. Ou melhor, o circo onde, para prazer ou desprazer dessas superpotências, se travam combates de gladiadores que não se bateriam com um furor tão cruel se os grandes deste mundo não seguissem atentamente os seus morticínios. Sem dúvida que hoje em dia o Mediterrâneo continua a viver, a travar os seus próprios combates, a desenvolver a sua industrialização, a melhorar o seu nível de vida, a libertar-se das sequelas das colonizações finalmente abolidas. A sul, o outro Mediterrâneo, de Marrocos à Turquia e ao Iraque, esforça-se por recuperar o tempo perdido que, também ele, se acumula.

ÍNDICE

UM SÓ DEUS (<i>Roger Arnaldez</i>)	7
O MILAGRE ROMANO (<i>Jean Gaudemet</i>)	33
A FAMÍLIA (<i>Piergiorgio Solinas</i>)	59
MIGRAÇÕES (<i>Maurice Aymard</i>)	87
VENEZA (<i>Fernand Braudel</i>)	113
A HERANÇA (<i>Georges Duby</i>)	139

A DINÂMICA
DO CAPITALISMO

de

Fernand Braudel

na colecção

Estudos Gerais